

RELATÓRIO GEAFI

8 | 2025

Sumário

1. Introdução	3
2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias	3
3. Plano de Benefícios (PB).....	4
3.1. Gestão Previdencial	4
3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2025.....	4
3.2.1. Contribuições	5
3.2.2. Serviços de Custódia	6
3.2.3. Tarifas de Investimentos	6
3.2.4. Benefícios	7
3.2.5. Institutos.....	8
3.2.6. Devoluções	8
4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)	9
4.1. Gestão Administrativa	9
4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2025.....	10
4.2.1. Taxa de Carregamento	11
4.2.2. Receitas Diretas	11
4.2.3. Pessoal e Encargos	12
4.2.4. Treinamentos/Congressos/Seminários	13
4.2.5. Viagens e Estadias	13
4.2.6. Serviços de Terceiros	14
4.2.7. Plano Gerencial de Tecnologia e Informação (PGTI).....	14
4.2.8. Plano Gerencial de Comunicação e <i>Marketing</i> (PGCM)	15
4.2.10. Plano Gerencial de Administração (PGAD)	15
4.2.11. Tributos.....	16
4.2.12. Provisões Contingenciais.....	17
4.2.13. Execução Orçamentária das Despesas Administrativas.....	17
4.3. Evolução do Ativo do PGA em 2025	17
4.4. Custeio da Devolução do Empréstimo Inicial	20
5. Indicadores de Gestão.....	20
6. Prestação de Suprimentos de Fundos (Cartão de Crédito)	27
7. Contratos Firmados ou Aditivados	27

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado pela Gerência de Administração e Finanças (Geafi) e tem como objetivo apresentar as informações referentes à programação e execução orçamentárias do Plano de Benefícios (PB) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Funpresp-Jud.

Por meio de textos, indicadores, gráficos e tabelas, o relatório evidencia as despesas previdenciais e administrativas, além de acompanhar os indicadores de gestão estabelecidos para o período e registrar as contratações de prestadores de serviços necessárias ao apoio das atividades de gestão da Funpresp-Jud.

Desse modo, o relatório tem como finalidade oferecer uma visão clara e objetiva das receitas e das despesas da Entidade, com destaque para as informações relacionadas ao Plano de Benefícios e do custeio e gestão administrativas. Além disso, o relatório tem o intuito de auxiliar na formulação de ações estratégicas para a Funpresp-Jud, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisão.

Por fim, é importante destacar que o relatório foi elaborado com o objetivo de garantir o controle, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos, cumprindo as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias

A Funpresp-Jud estabelece critérios quantitativos e qualitativos para o planejamento do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas, com o objetivo de avaliar a relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, sempre observando as normas de governança da Entidade. Para a definição desses critérios, são considerados aspectos importantes como o planejamento estratégico, o Caderno Orçamentário anual, os recursos garantidores do Plano de Benefícios e o número de participantes e assistidos.

Os critérios quantitativos se referem à mensuração do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas da Funpresp-Jud, possibilitando a determinação do valor a ser disponibilizado no orçamento anual da Entidade. Para isso, alocam-se recursos de maneira seletiva nas ações e projetos principais, visando ao melhor retorno, ponderando custo e benefício, à luz do Planejamento Estratégico e do Caderno Orçamentário.

Já os critérios qualitativos são atributos que tornam as informações relacionadas às despesas administrativas úteis para aqueles a quem se destina. Dessa forma, torna-se mandatório observar características como a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações apresentadas.

A alocação de recursos nos projetos estruturantes para a Entidade tem como foco alcançar seus objetivos estratégicos. A indicação de valores para determinado grupo de despesa deve, necessariamente, constar dos estudos relacionados à aprovação orçamentária.

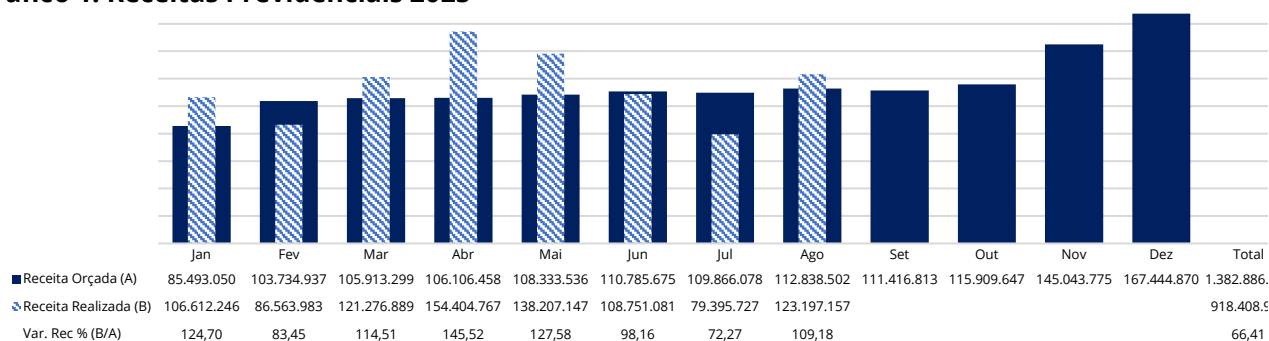
3. Plano de Benefícios (PB)

A Funpresp-Jud é responsável pela administração e gestão do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público - JusMP-Prev, garantindo a segurança e a transparência na aplicação dos recursos acumulados pelos participantes. A Entidade também acompanha as regulamentações vigentes, realiza investimentos adequados, com vistas a garantir a rentabilidade e a sustentabilidade do plano, e disponibiliza informações e serviços para auxiliar os participantes na tomada de decisões relacionadas à sua previdência complementar.

3.1. Gestão Previdencial

Em agosto de 2025, as receitas do Plano de Benefícios, compostas pelas contribuições de participantes e patrocinadores somadas ao retorno líquido dos investimentos, ficaram 9,18% acima da estimativa orçamentária para o mês. Em sentido oposto, as despesas com investimentos diretos, pagamento de benefícios, institutos e reembolsos representaram 69,10% da projeção, indicando menor desembolso frente à despesa prevista.

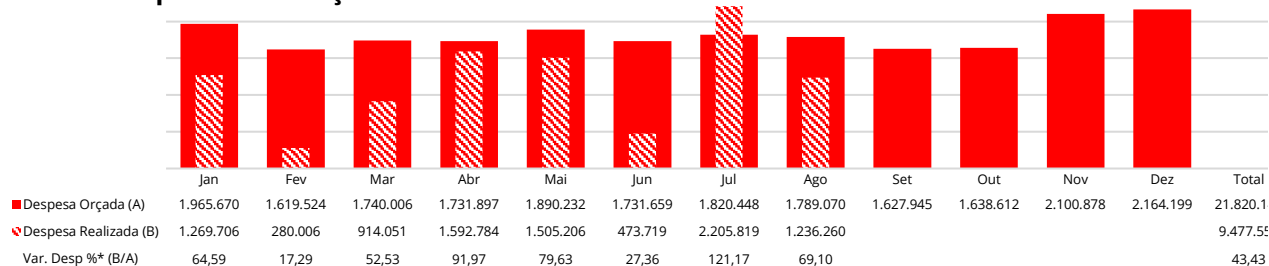
Gráfico 1: Receitas Previdenciais 2025



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 2: Despesas e Deduções Previdenciais 2025



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2025

As receitas são formadas pela soma das contribuições de participantes e patrocinadores, atualmente representando cerca de 96,50% do total das contribuições realizadas, acrescidas dos resultados dos investimentos do Plano de Benefícios. A análise da execução orçamentária é

essencial para o monitoramento da saúde financeira do Plano de Benefícios, assegurando a eficiência e conformidade na aplicação dos recursos conforme planejado.

Tabela 1: Execução Orçamentária Previdencial 2025

Rubricas	Orçado		Realizado			
	Ano – R\$ (N)	No Mês – R\$ (O)	No Mês – R\$ (P)	No Mês - % (P/O)	Ano – R\$ (Q)	Ano - % (Q/N)
Receitas (A)	1.384.052.617	112.838.502	123.197.157	109,18	918.408.996	66,36
Contribuições	975.691.337	77.912.888	71.695.365	92,02	558.545.643	57,25
Investimentos	408.361.280	34.925.614	51.501.792	147,46	359.863.354	88,12
Despesas (B)	492.606	42.136	13.410	31,83	196.469	39,88
Serviços de Custódia	71.117	6.083	1.146	18,85	36.494	51,32
Tarifas Bancárias	421.489	36.053	12.264	34,02	159.975	37,95
Resultado (C=A-B)	1.383.560.011	112.796.365	123.183.747	109,21	918.212.528	66,37
Reduções (E=F+K+L)	21.327.533	1.746.934	1.222.850	70,00	9.281.082	43,52
Institutos (F=G+H)	18.662.997	1.530.648	569.321	37,19	7.211.886	38,64
Resgates (G)	6.851.464	570.955	395.396	69,25	2.978.364	43,47
Portabilidade Líquida (H=I-J)	11.811.533	959.693	173.925	18,12	4.233.522	35,84
Portabilidade de Saída (I)	15.997.773	1.333.148	900.686	67,56	9.018.783	56,38
Portabilidade de Entrada (J)	4.186.241	373.455	726.761	194,60	4.785.262	114,31
Devoluções (K)	1.029.614	85.801	428.862	499,83	1.082.589	105,15
Benefícios (L)	1.634.922	130.485	224.666	172,18	986.608	60,35
Saldo Previdencial (M=C-E)	1.362.232.478	111.049.432	121.960.897	109,83	908.931.445	66,72

Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

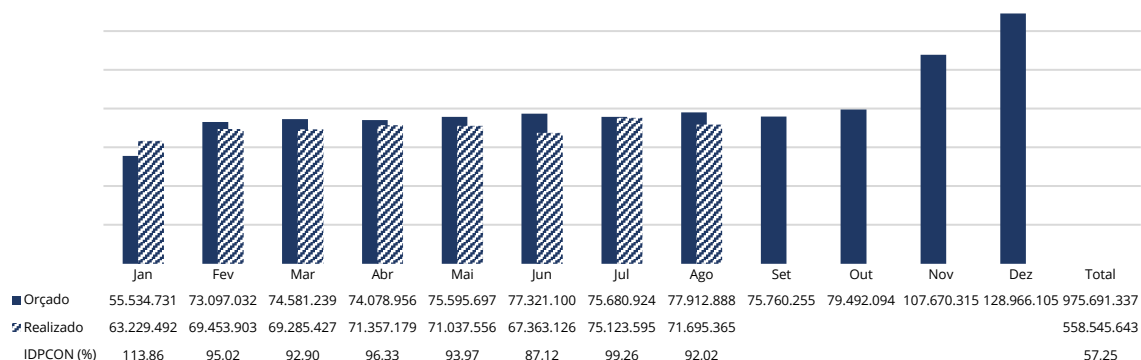
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

O Saldo Previdencial realizado totalizou, até o mês de agosto, R\$ 908.931.445, o que representa 66,72% do valor estimado para o exercício, conforme previsto no Caderno Orçamentário.

3.2.1. Contribuições

Em agosto, os aportes ao Plano de Benefícios realizados por participantes e patrocinadores ficaram 7,98% abaixo do valor estimado no orçamento para o período. No acumulado do ano, a arrecadação alcançou 57,25% do valor total previsto no Caderno Orçamentário.

Gráfico 3: ID_{CON} - Contribuições



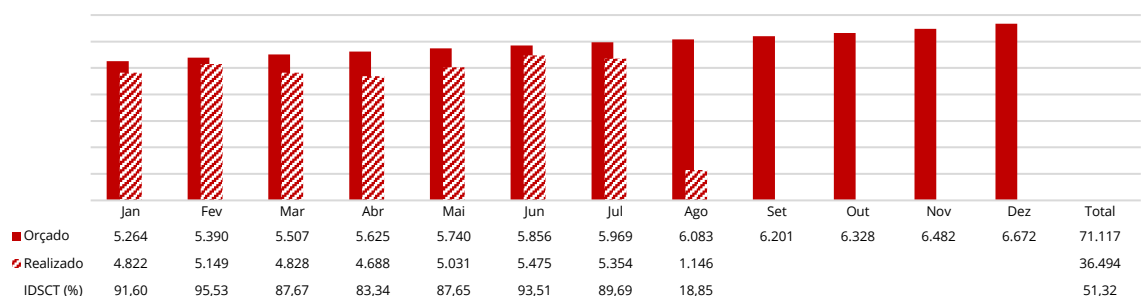
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

3.2.2. Serviços de Custódia

Em agosto, os desembolsos com serviços de custódia representaram 18,85% do valor previsto no orçamento. No acumulado do ano, a rubrica alcançou 51,32% do valor total previsto no Caderno Orçamentário.

Gráfico 4: ID_{SCT} - Serviços de Custódia



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).



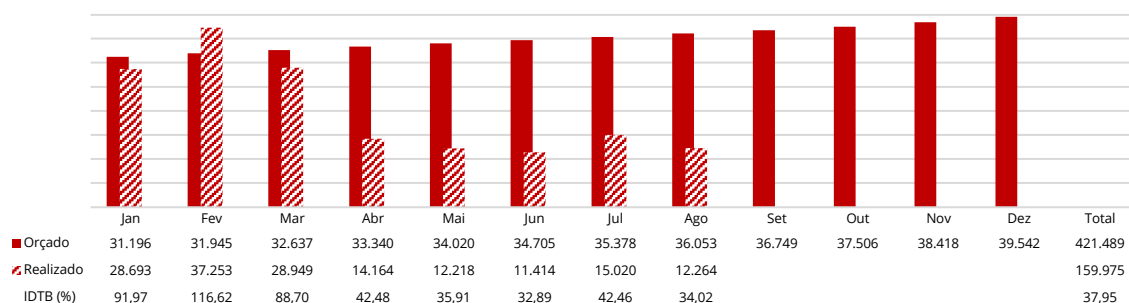
Explicações das áreas gestoras: A variação ocorreu em razão da reestruturação das carteiras de investimentos da Fundação para o formato de Fundos Consolidadores. Com essa mudança, parte dos custos de custódia deixou de ser registrada diretamente na Carteira Própria, passando a ser incorporada, de forma indireta, aos custos dos próprios fundos.

3.2.3. Tarifas de Investimentos

A rubrica orçamentária Tarifas de Investimentos registra as despesas com o pagamento das taxas atinentes ao Plano de Benefícios, mais especificamente, Cetip, Selic e CBLIC.

Em agosto, as despesas com tarifas de investimentos corresponderam a 34,02% do valor estimado no orçamento para o mês, evidenciando variações nos custos operacionais relacionados à gestão dos recursos financeiros.

Gráfico 5: ID_{TI} - Tarifas de Investimentos



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

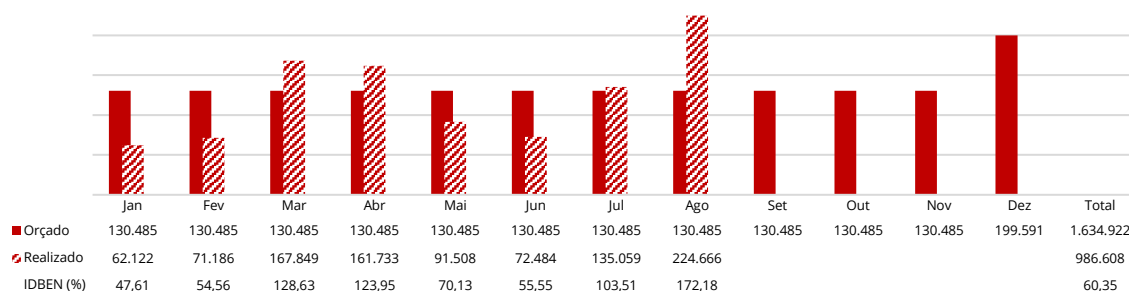


Explicações das áreas gestoras: Esse desvio também decorre da adoção dos Fundos Consolidadores, que concentram parte dos custos operacionais dentro dos próprios fundos. Assim, as tarifas deixaram de ser cobradas diretamente na Carteira Própria da Fundação, sendo incorporadas ao valor das cotas dos fundos.

3.2.4. Benefícios

Em agosto, o valor executado nessa despesa excedeu a previsão orçamentária para o período em 72,18%.

Gráfico 6: IDBEN - Benefícios



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

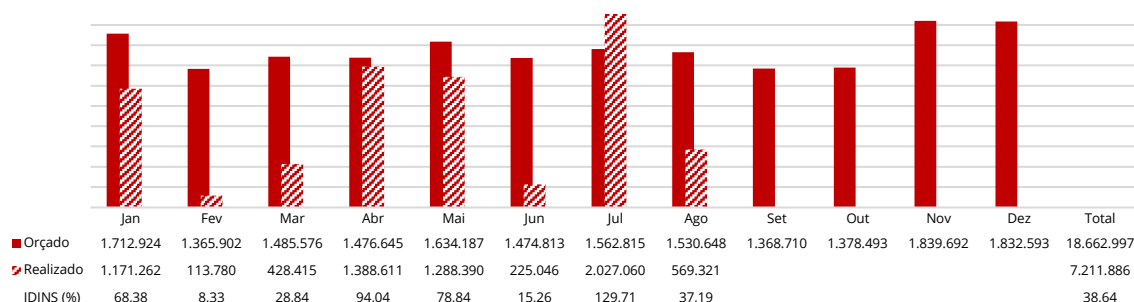


Explicações das áreas gestoras: A estimativa de desembolso com benefícios foi elaborada com base na tendência histórica observada nos anos anteriores. No entanto, em agosto de 2025, o valor efetivamente pago superou essa média mensal em 72,18%, refletindo uma elevação atípica em relação aos padrões previamente registrados. No referido mês, foram concedidos quatro novos benefícios, sendo um de prestação continuada (aposentadoria normal) e três em parcela única - dois por aposentadoria por invalidez e um referente a pensão por morte de participante ativo. Com isso, a folha mensal de benefícios de prestação continuada passou a incluir: 19 aposentadorias normais, 7 aposentadorias por invalidez, 16 pensões por morte de participante ativo, 1 pensão por morte de participante assistido e 18 benefícios suplementares.

3.2.5. Institutos

Em agosto, o valor executado nessa despesa representou 37,19% da previsão orçamentária para o período.

Gráfico 7: ID_{INS} - Institutos Líquidos (Resgate + Portab. de Saída - Portab. de Entrada)

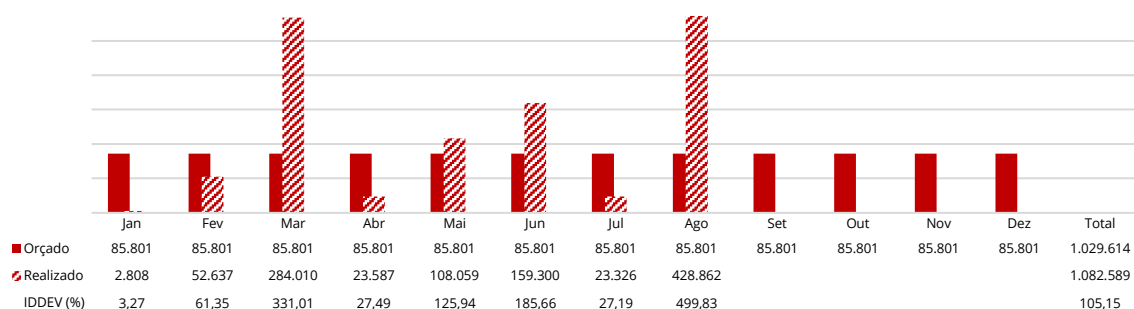


Explicações das áreas gestoras: A previsão de pagamento dos institutos acompanha a tendência histórica observada nos anos anteriores. Entretanto, em junho de 2025, o valor total desembolsado ficou 62,81% abaixo da média mensal histórica, sinalizando uma diminuição em relação aos padrões previamente registrados.

3.2.6. Devoluções

Em agosto, os desembolsos com devoluções ficaram 399,83% acima do valor previsto no orçamento.

Gráfico 8: ID_{DEV} - Devoluções (Contribuições Indevidas + Adesão Automática + Reenquadramento)



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).



Explicações das áreas gestoras: A previsão de pagamentos relacionados às devoluções foi elaborada com base na tendência histórica dos exercícios anteriores. Contudo, em agosto de 2025, o volume total desembolsado superou a média mensal registrada, evidenciando uma elevação pontual em relação aos padrões anteriormente observados. No referido mês, foram realizadas devoluções de contribuições para 12 participantes que formalizaram o cancelamento da adesão automática e para outros 13 participantes reenquadrados no regime anterior ao limitado ao teto do RPPS. Adicionalmente, houve devoluções a diversos patrocinadores em razão da identificação de contribuições indevidas relativas a competências anteriores.

4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é um componente da estrutura de gestão da Funpresp-Jud. O PGA tem como objetivo direcionar e orientar as ações administrativas da Entidade, visando a eficiência, a eficácia e a qualidade na gestão dos recursos e processos internos.

O PGA engloba um conjunto de diretrizes, metas, projetos e ações que visam otimizar a estrutura administrativa da Funpresp-Jud. Ele abrange áreas como controle interno, gestão de pessoas, tecnologia da informação, comunicação, finanças, entre outras. No âmbito do PGA, são estabelecidos os planos de ação estratégicos, que detalham as atividades e prazos para a consecução dos objetivos e metas estabelecidos. Esses planos de ação são atualizados periodicamente, permitindo a adaptação às demandas e contextos específicos.

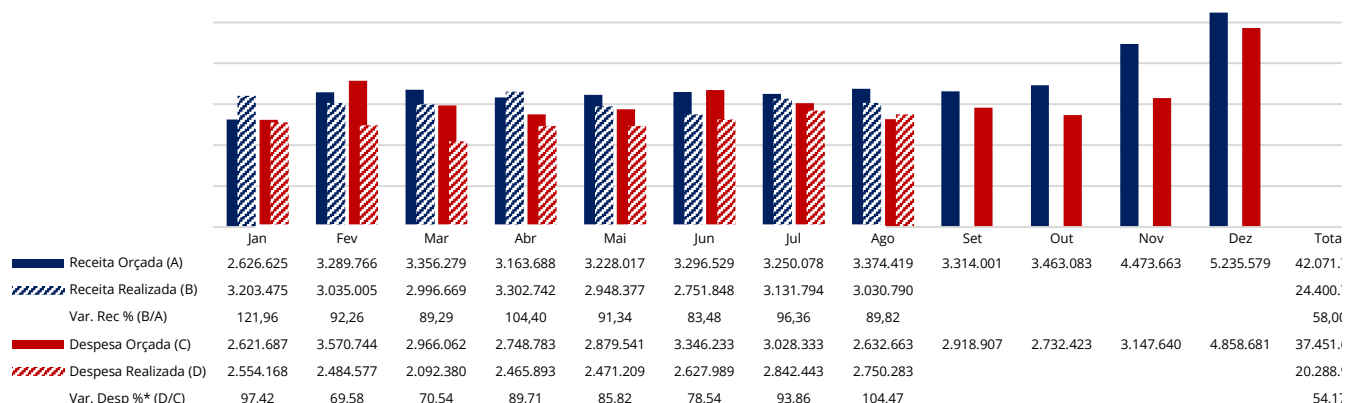
Através do PGA, a Funpresp-Jud busca aprimorar seus processos internos, promover a inovação, assegurar a conformidade com as normas e regulamentações vigentes, bem como a prestação de serviços de qualidade aos seus participantes. Em suma, o PGA é uma ferramenta importante para aprimorar a eficiência e a eficácia das atividades administrativas da Funpresp-Jud, na busca pela excelência na gestão de recursos e processos, com foco no atendimento aos participantes e na consecução dos objetivos da Entidade.

4.1. Gestão Administrativa

São consideradas todas as despesas previstas para o ano em todas as classes descritas no Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e sua execução é analisada sob o regime de caixa. As receitas, por sua vez, representam a soma dos valores recebidos a título de Taxa de Carregamento, fixada em 3,50% das contribuições efetuadas em maio, acrescida do resultado dos investimentos do PGA e do *pró-labore* oriundo da Contribuição Adicional de Risco (CAR).

Em agosto, as receitas administrativas apresentaram um desempenho 10,18% inferior à estimativa orçamentária para o período, refletindo uma arrecadação abaixo do esperado. Esse resultado indica a necessidade de atenção contínua às estratégias de captação e à revisão de premissas adotadas na peça orçamentária. Por outro lado, as despesas executadas ficaram 4,47% acima da previsão para o mês, o que representa uma variação moderada, compatível com a dinâmica operacional da Entidade. Apesar do leve excesso, o resultado evidencia contenção nos desembolsos e esforço de equilíbrio orçamentário, mesmo diante da frustração de receitas. Esse cenário reforça a importância do acompanhamento sistemático da execução orçamentária, buscando assegurar o alinhamento entre receitas e despesas ao longo do exercício e preservando a sustentabilidade da gestão administrativa.

Gráfico 9: Receitas e Despesas Administrativas 2025



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

* Índice de Eficiência Orçamentária Mês.

4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2025

O acompanhamento da execução orçamentária administrativa trata do confronto da previsão de despesas inscritas no orçamento diante das despesas efetivas incorridas no período. Desta forma, a Entidade deve utilizar os recursos autorizados por meio dos créditos orçamentários para a realização das despesas e acompanhar sua execução, de forma a garantir o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da operação administrativa e dos investimentos previstos em novos projetos.

Na tabela a seguir são demonstrados os créditos orçamentários reservados para o mês de agosto e as respectivas despesas realizadas. Na sequência, as rubricas que apresentam desvio na relação orçado/realizado serão explicadas com nível de detalhamento.

Tabela 2: Execução Orçamentária Administrativa 2025

	Orçado		Realizado			
	Ano (D)	No Mês (E)	No Mês - R\$ (F)	No Mês - % (F/E)	Ano - R\$ (G)	Ano - % (G/D)
Receitas (A)	42.071.726	3.374.419	3.030.790	89,82	27.004.885	64,19
Taxa de Carregamento	34.657.229	2.726.951	2.487.374	91,21	19.928.979	57,50
Investimentos	5.004.938	419.006	543.416	129,69	5.035.321	100,61
Pró-Labore Seguradora	2.409.559	228.462	0	0,00	2.040.585	84,69
Despesas (B)	37.451.699	2.632.663	2.750.283	104,47	20.175.206,12	53,87
Pessoal e Encargos	23.947.522	1.842.931	1.886.401	102,36	14.815.083	61,86
Folha de Pagamentos	20.049.095	1.537.437	1.571.583	102,22	12.573.049	62,71
Estagiários	359.353	29.946	25.789	86,12	173.577	48,30
Benefícios	3.539.074	275.548	289.029	104,89	2.068.456	58,45
Treinamentos/Congressos/Seminários	459.629	45.208	43.151	95,45	223.745	48,68
Viagens e Estadias	284.693	47.530	90.423	190,24	221.013	77,63
Serviços de Terceiros	6.234.956	460.144	398.990	86,71	2.652.662	42,54
Despesas Gerais	2.766.186	104.900	185.132	176,48	849.892	30,72

PGTI	1.805.660	3.600	100.287	2.785,74	222.148	12,30
PGCM	154.901	21.800	10.897	49,99	87.966	56,79
PGAD	805.625	79.500	73.948	93,02	539.778	67,00
Tributos	1.941.460	131.950	146.186	110,79	1.412.812	72,77
Provisões Contingenciais	508.076	0	0	0,00	0	0,00
Correção Empréstimo (Inflação)	1.309.177	0	0	0,00	0	0,00
Resultado (C=A-B)	4.620.027	741.756	280.507	37,82	6.829.679	147,83

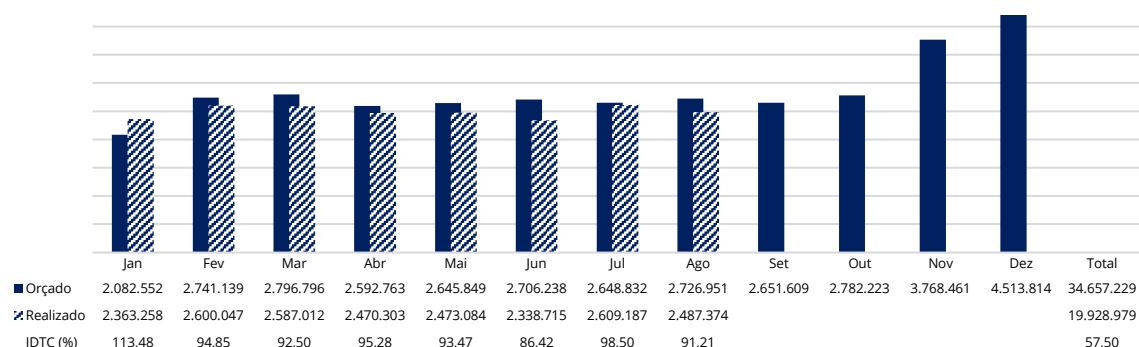
Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.1. Taxa de Carregamento

Em agosto, as receitas oriundas da Taxa de Carregamento ficaram 8,79% abaixo das estimativas previstas no orçamento para o período, refletindo a variação negativa na arrecadação em relação ao planejado.

Gráfico 10: ID_{TC} - Taxa de Carregamento



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

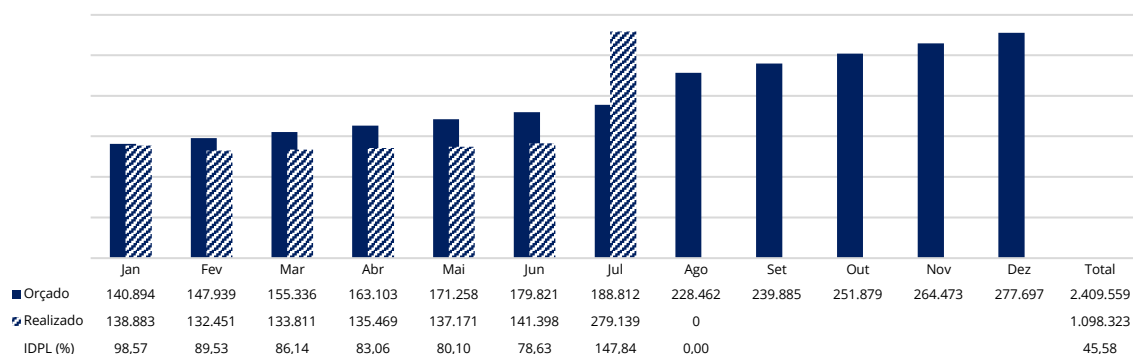
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.2. Receitas Diretas

As receitas diretas correspondem àquelas arrecadadas diretamente pela Entidade, não vinculadas às fontes tradicionais de custeio, como a taxa de carregamento sobre contribuições previdenciárias ou os resultados de aplicações financeiras.

Em agosto, não houve ingresso de receitas diretas.

Gráfico 11: ID_{RD} - Receitas Diretas



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

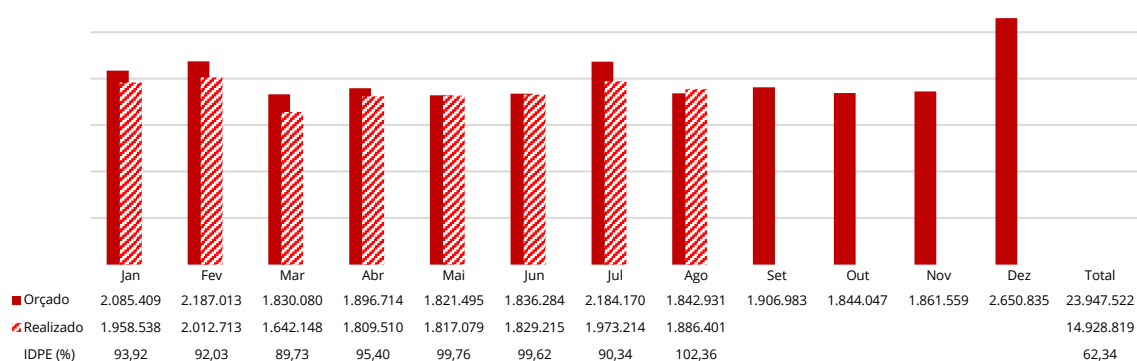


Explicações das áreas gestoras: A ausência de repasse em agosto decorreu de adiantamento efetuado pela seguradora responsável pela operacionalização da Cobertura Adicional de Riscos (CAR). Em julho, foram creditados à Funpresp-Jud, em um único lançamento, os valores correspondentes a dois meses de arrecadação, conforme previamente informado pela empresa. Diante desse adiantamento, não houve novo repasse em agosto. Processos estruturantes em curso, como o desenvolvimento da nova CAR 3.0 e outras iniciativas técnicas, têm impactado temporariamente os resultados. Adicionalmente, apesar da evolução da receita e do conjunto de ações comerciais intensificadas nos últimos meses, ainda não foi possível alcançar resultados mais expressivos, conforme expectativa para o segundo semestre.

4.2.3. Pessoal e Encargos

Em agosto, as despesas com pessoal e encargos apresentaram uma execução 2,36% superior à estimativa orçamentária prevista para o período.

Gráfico 12: ID_{PE} - Pessoal e Encargos



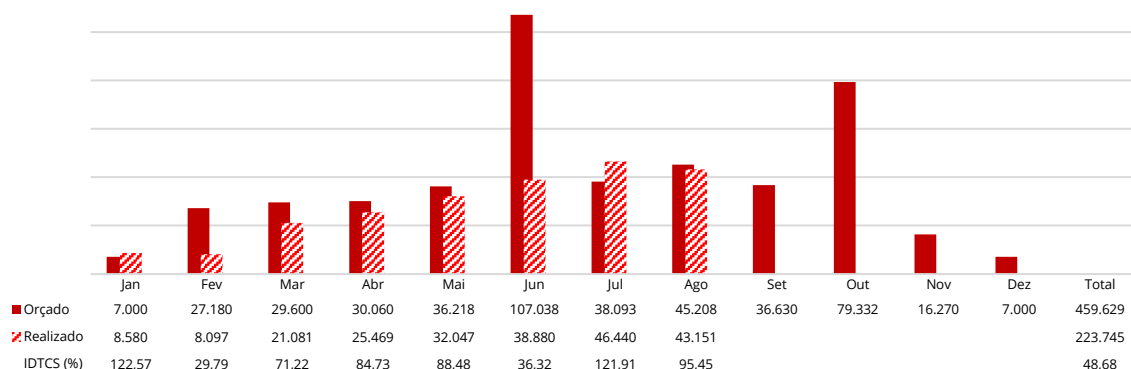
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.4. Treinamentos/Congressos/Seminários

Em agosto, a rubrica executou 4,55% abaixo do valor inicialmente estimado no orçamento para o período.

Gráfico 13: ID_{TCS} - Treinamentos/Congressos/Seminários

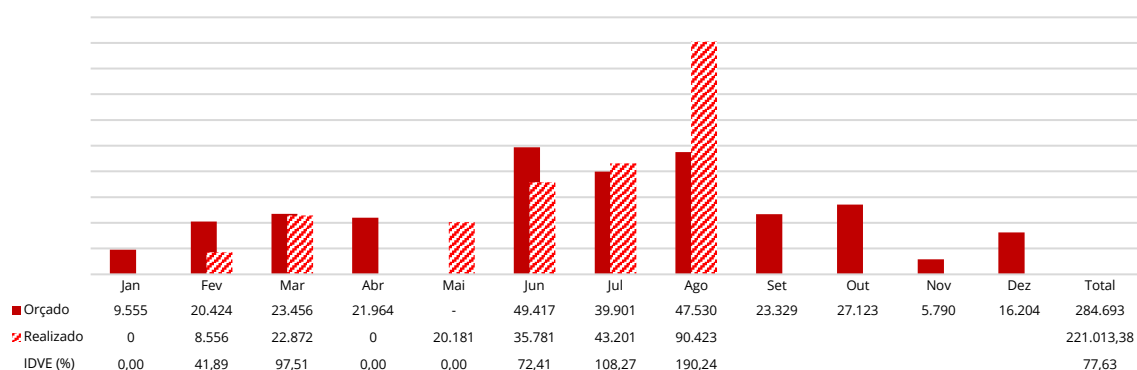


Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.5. Viagens e Estadias

Em agosto, a rubrica executou 90,24% acima do valor inicialmente estimado no orçamento.

Gráfico 14: ID_{VE} - Viagens e Estadias



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

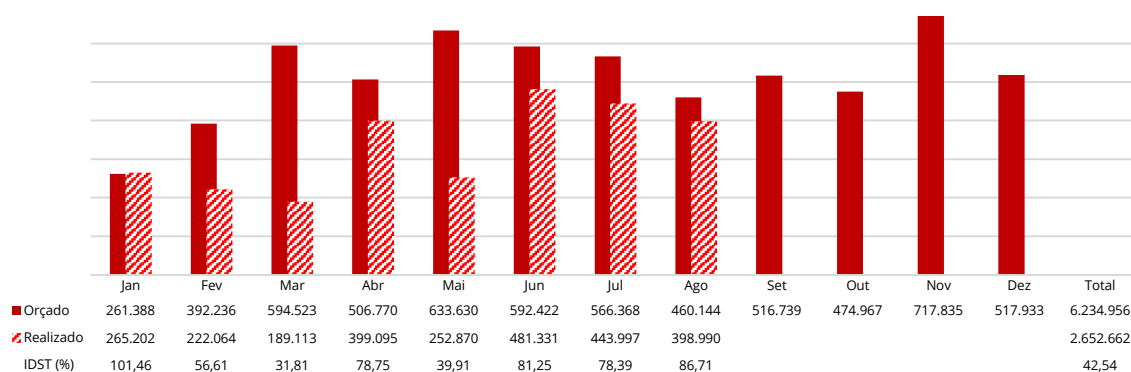


Explicações das áreas gestoras: A variação positiva registrada na execução orçamentária da rubrica de viagens e estadias em agosto de 2025 decorreu, majoritariamente, do pagamento de diárias e passagens aéreas a diversos empregados e diretores, em razão da realização dos Encontros Regionais promovidos pela Funpresp-Jud. A intensificação das atividades institucionais naquele mês, associada à descentralização dos eventos, exigiu a mobilização de equipes técnicas de Brasília para diferentes localidades, gerando acréscimos significativos nas despesas com deslocamentos e hospedagens. Esses fatores explicam o comportamento atípico da despesa no período.

4.2.6. Serviços de Terceiros

Em agosto, os desembolsos com serviços prestados por terceiros contratados corresponderam a 86,71% da estimativa orçamentária prevista para o mês.

Gráfico 15: ID_{ST} - Serviços de Terceiros



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

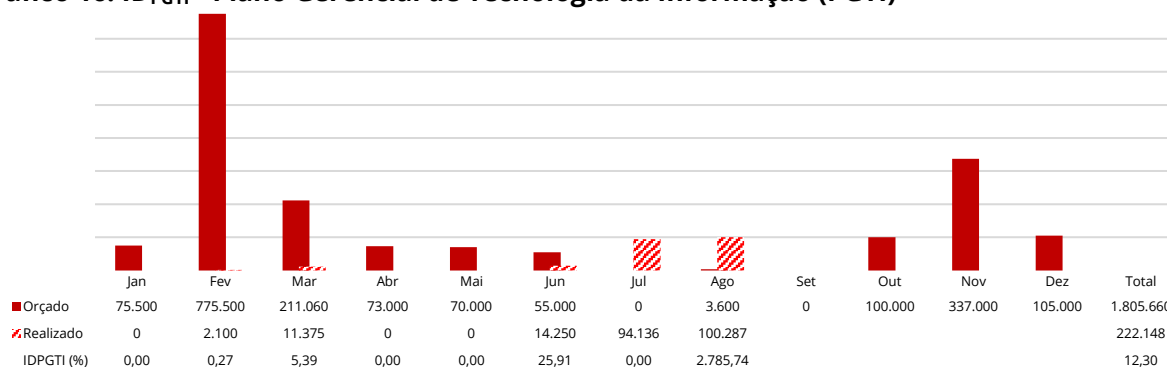


Explicação da área gestora: A diferença observada na execução da rubrica de serviços de terceiros deve-se, principalmente, à redução de preços obtida na contratação do serviço de apoio técnico à Getec, cuja despesa realizada até agosto foi de R\$ 106.658,72, frente a uma estimativa orçamentária de R\$ 156.000,00, uma diferença absoluta de R\$ 49.341,28, o que corresponde a uma economia de aproximadamente 31,63%. Essa variação decorre dos resultados das licitações realizadas, que resultaram em valores efetivamente contratados inferiores aos inicialmente previstos no orçamento. Além disso, ajustes pontuais em contratos de menor porte também contribuíram para a subexecução da rubrica no acumulado do exercício.

4.2.7. Plano Gerencial de Tecnologia e Informação (PGTI)

Até agosto, os desembolsos relacionados ao PGTI corresponderam a 2.685,74% acima da estimativa orçamentária prevista para o mês.

Gráfico 16: ID_{PGTI} - Plano Gerencial de Tecnologia da Informação (PGTI)



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

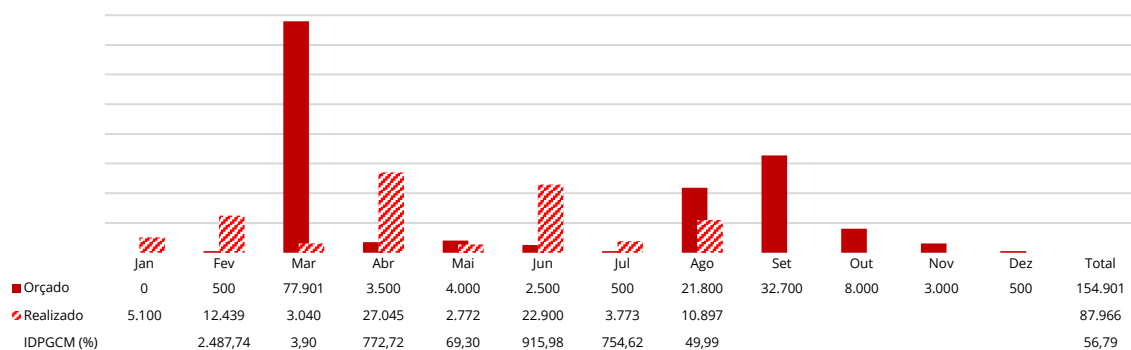


Explicação da área gestora: Em agosto, foram realizados desembolsos significativos no âmbito do PGTI, impulsionados por aquisições concentradas que estavam inicialmente previstas para meses anteriores. Destacam-se a compra de 70 monitores (R\$ 58.829,00), 5 notebooks (R\$ 34.049,95) e 3 switches gerenciáveis de 48 portas (R\$ 12.075,00), originalmente orçados para fevereiro. A concentração dessas despesas em um único mês resultou em uma execução 2.685,74% acima do valor previsto. Apesar desse avanço pontual, a execução acumulada até o mês representou apenas 12,30% do total orçado para o exercício, evidenciando defasagens no cronograma de implementações. A expectativa da área é que, com a regularização dos processos licitatórios e a efetivação das contratações pendentes, a execução orçamentária se intensifique ao longo do segundo semestre, aproximando-se das metas previstas para o ano.

4.2.8. Plano Gerencial de Comunicação e Marketing (PGCM)

Em agosto, as despesas com o PGCM apresentaram uma execução 50,01% inferior à estimativa orçamentária prevista para o período.

Gráfico 17: ID_{PGCM} - Plano Gerencial de Comunicação e Marketing



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

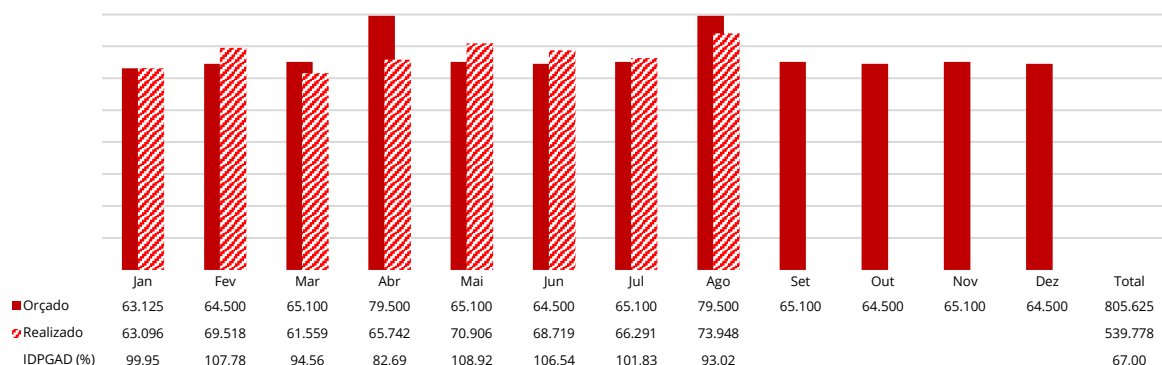


Explicações da área gestora: Em agosto, a execução orçamentária do PGCM foi 50,01% inferior ao valor previsto para o mês. Essa diferença decorre do fato de que, embora os eventos externos planejados tenham sido efetivamente realizados, parte das despesas inicialmente estimadas foi custeada com recursos provenientes da verba de marketing vinculada ao contrato da CAR, o que reduziu a necessidade de uso da dotação específica do PGCM para esse fim.

4.2.10. Plano Gerencial de Administração (PGAD)

Em agosto, os desembolsos relacionados ao PGAD ficaram 6,98% abaixo da estimativa orçamentária estabelecida para o mês.

Gráfico 18: ID_{PGAD} - Plano Gerencial de Administração



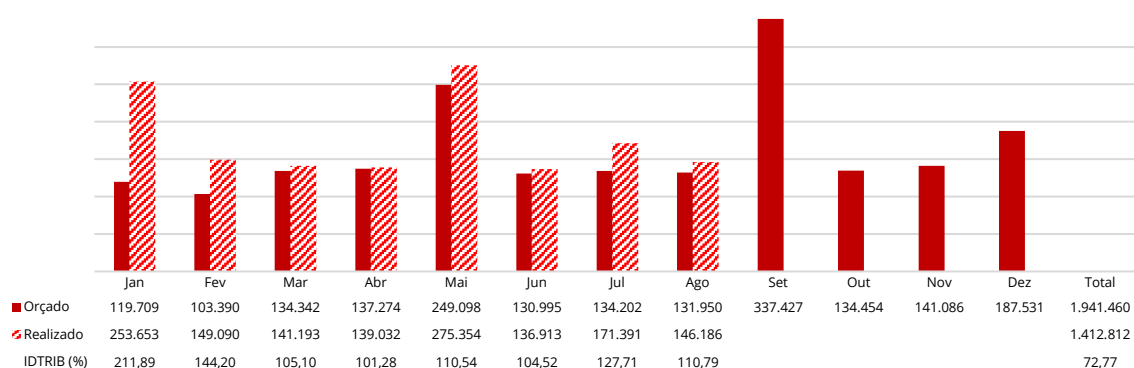
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.11. Tributos

Em agosto, os desembolsos relacionados ao pagamento de tributos ficaram 10,79% acima do valor previsto no orçamento para o período.

Gráfico 19: ID_{TRIB} - Tributos



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

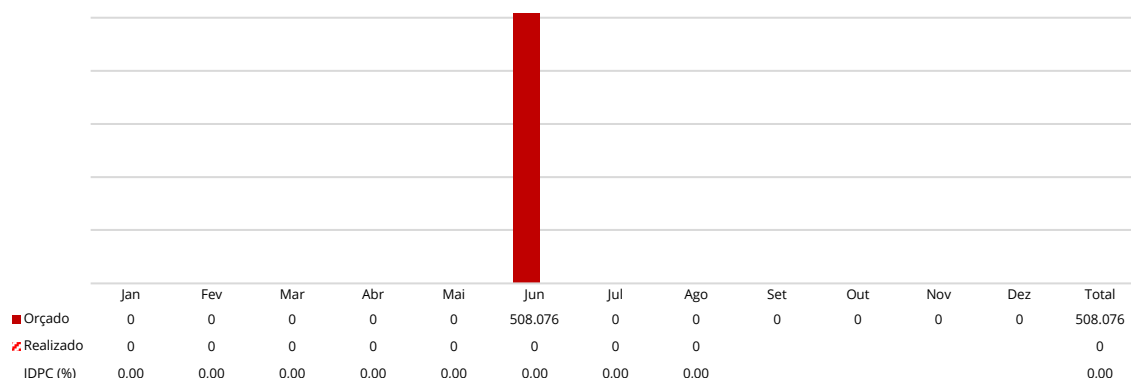


Explicação da área gestora: Em agosto, os pagamentos de tributos ultrapassaram em 10,79% a previsão orçamentária para o mês. Essa divergência decorre, em parte, da limitação da estimativa realizada no exercício de 2024, quando ainda não havia clareza sobre a incidência de tributos vinculados à nova fonte de receitas oriunda do *pró-labore* da Cobertura Adicional de Risco (CAR). A ausência dessa informação no momento da elaboração do orçamento comprometeu a precisão dos valores projetados, especialmente no que se refere aos tributos incidentes sobre essa arrecadação.

4.2.12. Provisões Contingenciais

No mês de agosto, tal como previsto, não ocorreram desembolsos relacionados ao contencioso jurídico.

Gráfico 20: ID_{PC} - Provisões Contingenciais



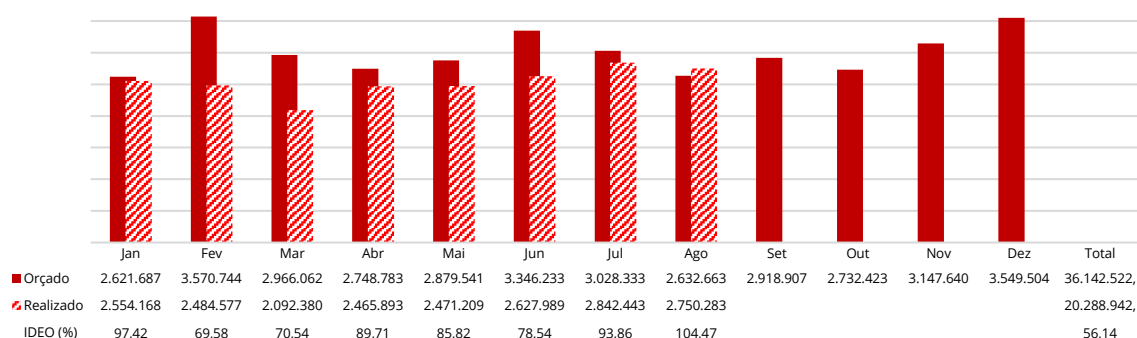
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.13. Execução Orçamentária das Despesas Administrativas

Em agosto, as despesas administrativas da Entidade ultrapassaram o orçamento para o período em 4,47%.

Gráfico 21: ID_{EO} - Execução Orçamentária



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.3. Evolução do Ativo do PGA em 2025

A análise do patrimônio do Plano de Gestão Administrativa (PGA) em 2025, incorporando a evolução das despesas relacionadas ao empréstimo e a composição do patrimônio, revela a preocupação da Entidade com a manutenção de uma gestão financeira estratégica e eficaz ao longo deste ano.

O monitoramento do Ativo do PGA permite a implementação de políticas direcionadas tanto para as despesas quanto para as receitas previstas. Estima-se que, até 31/12/2025, o Ativo do PGA apresentará um crescimento de 15,20% em relação ao seu saldo inicial (1º/1).

Tabela 3: Ativo do PGA - 2025

	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Patrimônio PGA	54.643.899	52.415.772	53.169.564	54.044.494	55.013.545	56.041.186	56.601.162	57.855.060	58.592.142	58.985.109	59.308.166	59.524.275	60.078.127
Investimentos	43.050.893	43.543.430	44.236.264	43.551.365	45.686.443	46.346.638	47.430.723	47.275.837	47.827.848	47.829.166	48.003.448	48.450.102	48.694.621
Receitas	3.722.576	3.351.168	6.387.580	3.129.738	3.443.250	3.087.847	4.776.503	3.429.539	3.008.043	3.314.001	3.463.083	4.473.663	5.235.571
Taxa de Carregamento	3.739.823	2.510.950	5.251.288	2.720.081	2.610.811	2.612.553	3.420.902	2.906.932	2.464.627	2.651.609	2.782.223	3.768.461	4.513.811
Resultado dos investimentos	(17.247)	701.334	1.003.841	275.846	696.970	338.123	271.735	243.468	543.416	422.506	428.980	440.729	444.061
Diretas	123.125	138.883	132.451	133.811	135.469	137.171	1.083.866	279.139	0	239.885	251.879	264.473	277.651
Despesas	2.722.868	2.544.586	4.694.828	1.953.078	2.165.830	2.141.428	2.326.330	2.361.492	2.644.223	2.781.481	2.597.969	3.006.554	3.361.971
Pessoal e Encargos	1.858.995	2.088.277	3.977.198	1.603.115	1.630.305	1.638.030	1.644.959	1.749.020	2.009.923	1.906.983	1.844.047	1.861.559	2.650.831
Treinamentos/Congressos/ Seminários	25.318	8.580	12.401	6.681	16.469	18.235	6.199	9.951	30.217	36.630	79.332	16.270	7.001
Viagens e Estádias	8.959	0	10.332	22.872	0	25.494	46.010	59.402	101.949	23.329	27.123	5.790	16.201
Serviços de Terceiros	512.187	180.399	343.049	195.893	228.256	206.380	454.478	372.796	370.638	516.739	474.967	717.835	517.931
Despesas Gerais	317.409	187.330	351.847	124.517	290.799	131.487	174.684	170.322	131.497	97.800	172.500	405.100	170.001
Tributos		80.000	0	0	0	121.802	0	0	0	200.000	0	0	
Resultado	999.709	806.582	1.692.752	1.176.660	1.277.421	946.419	2.450.173	1.068.047	363.820	532.520	865.114	1.467.109	1.873.601
Depósitos Judiciais	180.114	173.902	149.371	141.492	139.311	153.814	137.206	171.710	146.496	137.427	134.454	141.086	187.531
Provisões Contingenciais													
Depreciações e Amortizações	15.540	19.435	19.435	19.684	18.956	19.010	17.679	17.679	20.886	20.886	20.886	20.886	20.886
Empréstimo - Principal	1.174.669												1.174.669
Empréstimo - Correção	1.319.342												1.362.711
Resultado Final	52.415.772	53.169.564	54.044.494	55.013.545	56.041.186	56.601.162	58.814.096	58.592.142	58.985.109	59.308.166	59.524.275	60.078.127	60.381.338

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

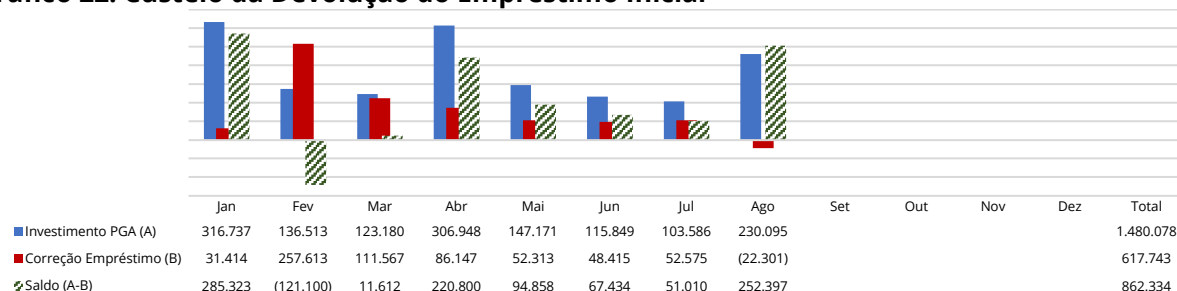
⁽¹⁾ Devolução da quarta parcela do empréstimo inicial aos Patrocinadores.

4.4. Custeio da Devolução do Empréstimo Inicial

Para o ano de 2025, foi alocado um orçamento de R\$ 2.494.011 para a devolução do empréstimo inicial, contemplando R\$ 1.174.669 para o principal e R\$ 1.319.342 para os encargos financeiros.

Em agosto, o resultado positivo acumulado dos investimentos incidentes sobre o saldo do empréstimo inicial, que compõe o patrimônio total do PGA, superou o valor acumulado apurado pela correção do saldo do empréstimo inicial em R\$ 862.334 mil.

Gráfico 22: Custeio da Devolução do Empréstimo Inicial



Fonte: Gerência de Contabilidade (Gcont).

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

5. Indicadores de Gestão

A apuração e o acompanhamento dos Indicadores de Gestão têm como finalidade permitir a análise da composição das receitas e despesas administrativas da Funpresp-Jud, bem como monitorar a evolução do Fundo Administrativo. Esses indicadores são utilizados para apoiar o controle da execução orçamentária, avaliar a sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa e atender às exigências regulatórias aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Com a entrada em vigor da Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024, a Funpresp-Jud revisou e atualizou sua estrutura de indicadores, com o objetivo de alinhar as metodologias adotadas internamente às diretrizes estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Esse alinhamento também considera os critérios utilizados no Relatório de Despesas Administrativas das EFPC, publicado anualmente pelo órgão regulador.

No exercício de 2025, a Fundação passou a acompanhar um total de doze indicadores de gestão. Desses, sete já eram monitorados regularmente pela entidade em exercícios anteriores. Quatro indicadores foram incorporados por orientação da Previc, com fundamento na Resolução CNPC nº 62/2024. São eles:

- I. IG_{RCP}: Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciárias;
- II. IG_{DORC}: Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada;
- III. IG_{PER}: Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa; e
- IV. IG_{FA}: Evolução do Fundo Administrativo.

Esses quatro indicadores foram incluídos com o objetivo de ampliar a capacidade das EFPC para avaliar a eficiência da gestão administrativa, considerando aspectos como a arrecadação

relativa à taxa de carregamento, a aderência entre planejamento e execução orçamentária, a participação das despesas com pessoal e a variação do saldo do fundo que custeia o plano de gestão.

Além dos indicadores previstos na regulamentação, a Funpresp-Jud incorporou o IG_{CON}: Contratações Realizadas sobre Contratações Planejadas, desenvolvido internamente. Esse indicador foi criado como instrumento de apoio à gestão, com a finalidade de permitir o acompanhamento da execução do planejamento anual de contratações, comparando o número de contratações efetivamente realizadas com aquelas previstas no Caderno Orçamentário. Trata-se de um indicador de natureza qualitativa, que não compõe o rol de exigências normativas, mas que contribui para o aperfeiçoamento do controle interno e da governança institucional. As definições, metodologias de cálculo e finalidades de cada indicador constam no Quadro 1 deste relatório:

Quadro 1: Indicadores de Gestão - Composição

Indicador	Definição	Finalidade	Metodologia
IGRPC Receita Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNP 62/2024, art. 14, II, 1.a)	Relação entre a receita total da gestão administrativa acumulada em 12 meses e o número total de participantes	Demonstrar o valor médio da receita administrativa por participante, permitindo avaliar a adequação da arrecadação ao custeio do PGA	(Conta 4.01) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IGRCP (novo) Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais Ref.: Percentual (CNP 62/2024, art. 14, II, 1.b)	Relação entre a receita administrativa mensal e o total das contribuições previdenciárias no mesmo período	Avaliar a proporção da taxa de carregamento em relação às receitas previdenciárias, conforme os limites do art. 20, II da Resolução CNPC nº 62/2024	(Conta 4.01) / (Conta 3.01)
IGDPC Despesa Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNP 62/2024, art. 14, III, 1.a)	Relação entre o total das despesas administrativas acumuladas em 12 meses e o número total de participantes	Apresentar os gastos administrativos por participante, possibilitando comparações entre EFPCs conforme suas características estruturais e operacionais	(Conta 4.02) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IGDRG Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores Ref.: Percentual (CNP 62/2024, art. 14, III, 1.b)	Relação entre as despesas administrativas em 12 meses e o saldo dos recursos garantidores	Demonstrar quanto das despesas administrativas representam em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios	(Conta 4.02) / (Conta 1.01 + Conta 1.02.03 - Conta 2.01.03)
IGDAT Despesa Administrativa sobre Ativo Total Ref.: Percentual (CNP 62/2024, art. 14, III, 1.c)	Relação entre as despesas administrativas e o ativo total da entidade no período de 12 meses	Avaliar os custos administrativos em relação ao volume total de ativos sob gestão	(Conta 4.02) / (Conta 1 - Saldo)
IGFAD Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa Ref.: Tempo em Meses (CNP 62/2024, art. 14, III, 1.d)	Relação entre o saldo do Fundo Administrativo e o total das despesas administrativas mensais	Indicar o tempo, em meses, que o saldo do fundo seria capaz de cobrir as despesas administrativas, caso utilizado como fonte exclusiva de custeio	(Conta 2.03.02.02) / (Conta 4.02)
IGDR Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNP 62/2024, art. 14, III, 1.e)	Relação entre o total das despesas administrativas e o total das receitas administrativas acumuladas em 12 meses	Avaliar o equilíbrio entre as receitas e despesas administrativas. Um valor superior a 1 indica necessidade de complementação por outras fontes de custeio	(Conta 4.02) / (Conta 4.01)
IGDORC (novo) Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada Ref.: Percentual (CNP 62/2024, art. 14, III, 1.f)	Relação entre as despesas administrativas efetivamente executadas e o orçamento aprovado para o exercício, considerando a base acumulada	Avaliar o grau de aderência entre a execução orçamentária e o planejamento anual	(Conta 4.02) / (Despesa administrativa orçada)

IGPER (novo) Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, IV, 1.a)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das receitas administrativas em 12 meses	Mensurar a participação dos custos com pessoal sobre a receita administrativa da EFPC	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.01)
IGPED Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, IV, 1.b)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das despesas administrativas em 12 meses	Mensurar a proporção das despesas com pessoal em relação ao total das despesas administrativas	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.02)
IGFA (novo) Evolução do Fundo Administrativo Ref.: Índice de Variação (CNPC 62/2024, art. 14, V)	Relação entre o saldo final e o saldo inicial do Fundo Administrativo, considerando a variação acumulada no período	Acompanhar a evolução do fundo administrativo ao longo do tempo. Valores acima de 1 indicam crescimento; abaixo de 1, redução.	(Conta 2.03.02.02 – Saldo Atual) / (Conta 2.03.02.0 – Saldo Anterior)
IGCON (novo) Contratações Realizadas sobre Contratações Planejadas Ref.: Percentual (Caderno Orçamentário 2025, Seção 7)	Relação percentual entre o número das contratações efetivamente realizadas e aquelas previstas no planejamento anual de contratações da entidade	Avaliar o grau de aderência da execução das contratações em relação ao planejamento anual, permitindo o monitoramento da eficiência na gestão de aquisições e a identificação de desvios ou necessidades de reprogramação	(Novas Contratações Previstas no Caderno Orçamentário) / (Novas Contratações Realizadas)

Fonte: Gerência de Contabilidade (Gcont).

Elaboração: Diretoria de Administração (Dirad); Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Dado o histórico de financiamento da Funpresp-Jud, que foi estruturada a partir de empréstimos iniciais concedidos pelos patrocinadores, parte das despesas administrativas inclui a correção financeira sobre o saldo desse empréstimo. Essa característica contábil não se aplica à maioria das entidades fechadas de previdência complementar e, por isso, pode distorcer a comparação direta dos indicadores.

Para mitigar esse efeito, a Fundação adota, para determinados indicadores, duas versões de meta: uma meta orçamentária ordinária, que considera integralmente todas as despesas, inclusive as financeiras, conforme os critérios da Previc; e uma meta ajustada, que desconsidera a despesa com a correção do empréstimo inicial, permitindo comparações mais equitativas com outras entidades do setor. As metas estabelecidas para o exercício de 2025, assim como os resultados apurados em junho do mesmo ano, estão apresentados no Quadro 2:

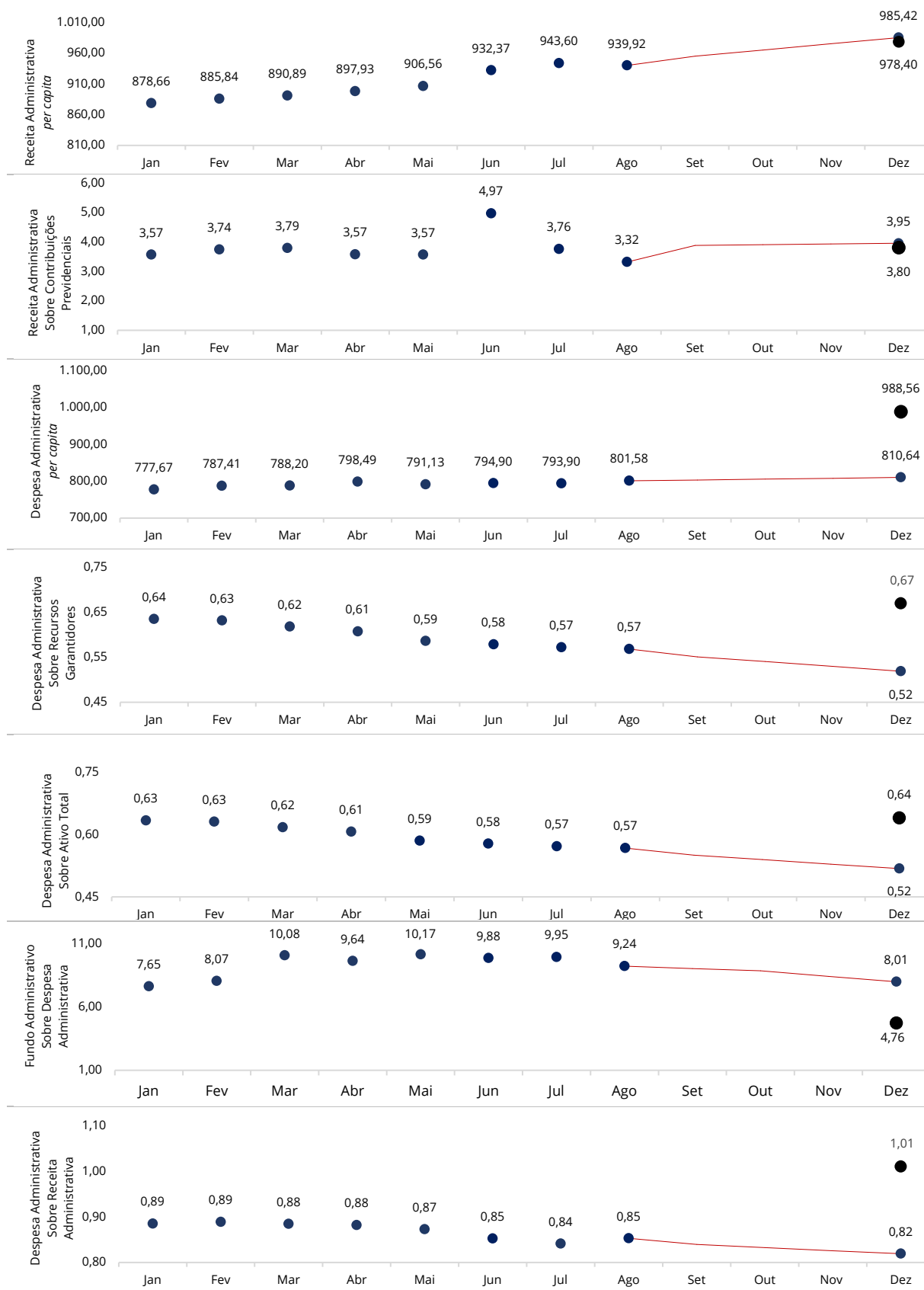
Quadro 2: Indicadores de Gestão - Agosto/2025

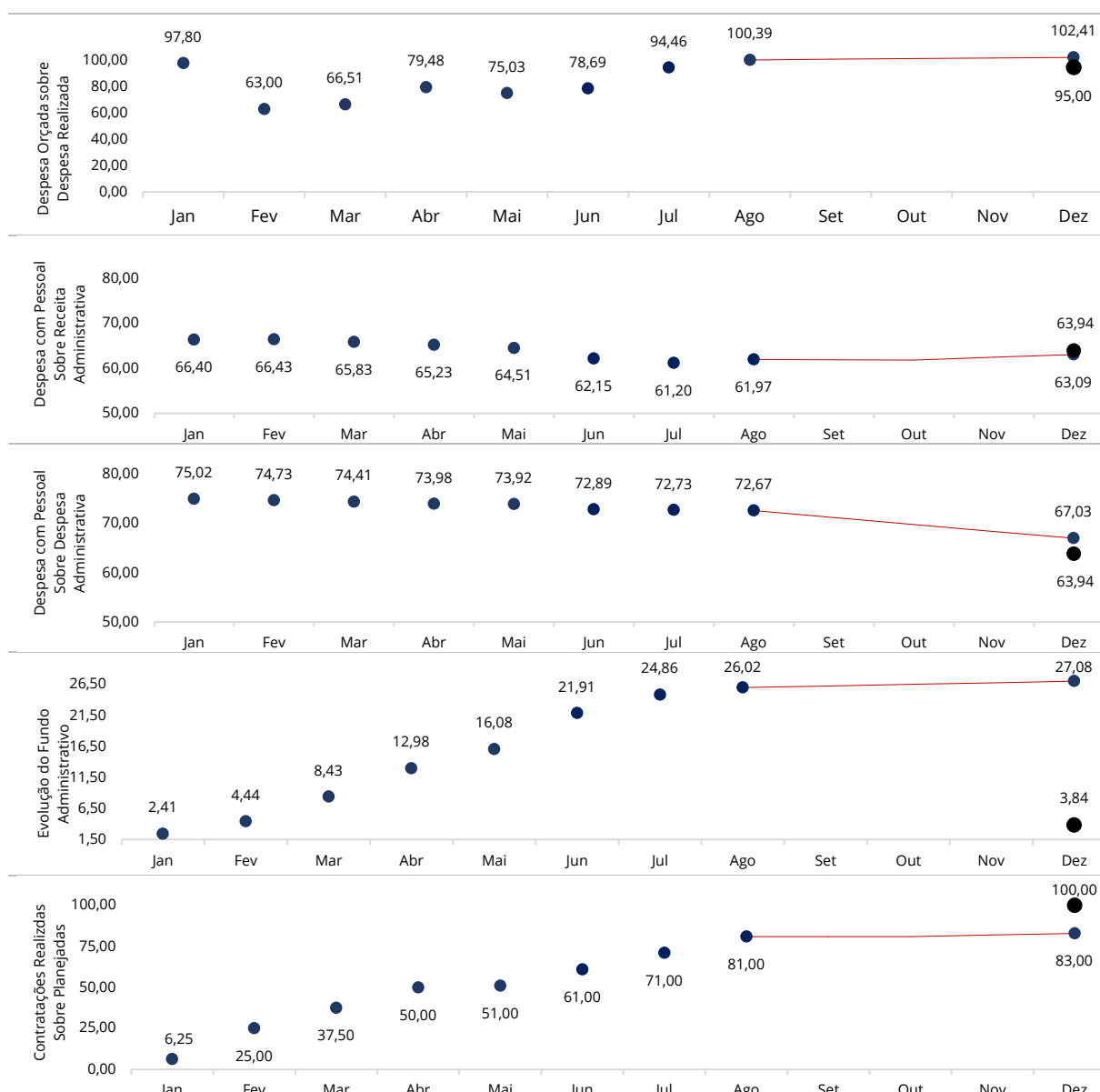
Indicadores de Gestão	Meta Orçamento 2025 (Dez)	Meta Ajustada Orçamento 2025 (Dez)	Realizado Agosto/2025
IGRPC Receita Administrativa <i>Per Capita</i>	978,40	-	939,92
IGRCP Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais (novo)	3,80	-	3,32
IGDPC Despesa Administrativa <i>Per Capita</i>	988,56	954,01	801,58
IGDRG Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores	0,67	0,65	0,57
IGDAT Despesa Administrativa sobre Ativo Total	0,64	0,62	0,57
IGFAD Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa	4,76	6,52	9,24
IGDR Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa	1,01	0,98	0,85
IGDORC (novo) Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada	95,00	-	100,39
IGPER (novo) Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa	64,61	-	61,97
IGPED Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa	63,94	66,26	72,67
IGFA (novo) Evolução do Fundo Administrativo	1,07	1,06	0,009
IGCON (novo) Contratações Realizadas sobre Contratações Planejadas	100	-	81,00

Fonte: Caderno Orçamentário de 2025.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 23: Indicadores de Gestão





Em agosto, a execução orçamentária da Funpresp-Jud apresentou avanços e desafios. Os indicadores de receita (IG_{RPC} e IG_{RCP}) continuaram abaixo das metas previstas, com a Receita Administrativa *Per Capita* 3,93% inferior à meta anual e a Receita sobre Contribuições Previdenciárias 12,63% abaixo do projetado. Esses resultados reforçam a necessidade de maior atenção na estratégia de arrecadação e na revisão das premissas adotadas para projeções de receita.

Por outro lado, os indicadores de despesa mantiveram desempenho positivo. A Despesa Administrativa *Per Capita* (IG_{DPC}) ficou 18,85% abaixo da meta ajustada, e os indicadores IG_{DRG} e IG_{DAT} , ambos em 0,57, sinalizaram controle e eficiência no uso dos recursos. A despesa realizada foi inferior à receita, resultando em um IG_{DR} de 0,85. No entanto, destaca-se o IG_{DORC} , que alcançou 100,39%, sinalizando execução integral do orçamento mensal, e o IG_{PED} , que superou a meta ajustada (72,67%), indicando concentração das despesas com pessoal.

O IG_{FAD} (9,24) continua elevado, demonstrando robustez do Fundo Administrativo, mas o IG_{FA} caiu para 0,009, sugerindo que, apesar do saldo elevado, houve desaceleração em seu

crescimento. Por fim, o IG_{CON} , com 81,00%, ainda revela execução parcial das contratações planejadas, exigindo atenção da gestão para reverter esse cenário nos meses seguintes.

6. Prestação de Suprimentos de Fundos (Cartão de Crédito)

Serviços / Produtos	Pagamentos (R\$)
Comunicação e Marketing	704,95
Material de Expediente	507,10
Material de Informática	332,50
Manutenção Predial	3.556,45
Tarifa Bancária	16,00
TOTAL	5.117,00

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev.

7. Contratos Firmados ou Aditivados

O Quadro 3 a seguir apresenta os contratos firmados ou aditivados em agosto de 2025.

Quadro 3: Contratos e Termos Aditivos assinados *

Contratada	Contrato / Termo Aditivo	Data ⁽¹⁾	Processo	Valor	Finalidade
Totvs Tecnologia em Software de Gestão Ltda.	Segundo Termo Aditivo ao Contrato Funpresp-Jud nº 38/2024	08/08/2025	02283/2024	N/A	Alteração da razão social em razão da incorporação da empresa Feedz Tecnologia S/A
F. C. S. de França Teixeira - Consultoria e Auditoria	Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2024	08/08/2025	00663/2024	R\$ 90.996,00	Aditivar o item 3 em 25%, alterando a Cláusula Oitava: Dos Pagamentos.
Telefônica Brasil S/A	Termo Aditivo - Contrato Funpresp-Jud S/N	20/08/2025	01297/2022	N/A	Prorrogar o prazo contratual.
Icatu Seguros S/A	Contrato Funpresp-Jud nº 23/2025	27/08/2025	00282/2025	N/A	Contratação de seguradora para prestação de serviços de seguro prestamista.

Contratosgov Sistemas Ltda.	Contrato Funpresp- Jud nº 26/2025	29/08/2025	01691/2025	R\$ 47.260,00	Aquisição de Licença de uso de software como serviço (SAAS)
--------------------------------	--------------------------------------	------------	------------	---------------	---

(1) A data adotada para fins de acompanhamento é a da publicação do extrato do contrato ou do termo aditivo no Diário Oficial da União (DOU).

Gerência de Administração e Finanças
Diretoria de Administração